

VALE OU NÃO VALE A PENA?

IS IT WORTHWHILE OR NOT?

Maria Sílvia Cintra Martins

*Professora Associada do Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar
Coordenadora do PNAIC/UFSCar no triênio 2013-2015
Líder do Grupo de Pesquisa LEETRA (CNPq)
Editora da série “Linguagens em Diálogo” disponível em www.leetra.ufscar.br
msilviamart@gmail.com*

“*Tudo vale a pena, se a alma não é pequena*”, versos de Pessoa que sempre nos servem quase de forma proverbial.

A alma não me parece pequena, entre aqueles – professores, gestores, pesquisadores, militantes - que seguidamente têm lutado nessa frente/front da alfabetização, principalmente quando temos em nosso horizonte as crianças pequenas, expressão que me serve para a referência às crianças de Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Noto que nem Magda Soares, muito menos Paulo Freire são citados no Caderno da Política Nacional de Alfabetização (PNA) lançado pelo MEC neste ano de 2019. Podemos pensar grande e seguir com a leitura, mesmo sabendo que há algo de injusto nessa omissão. De toda forma, sabemos que é de Magda Soares, em entrevista de 2016, a afirmação de que não há método, mas sim variados métodos para a alfabetização. Já de Paulo Freire não podemos esquecer a palavra mundo, com que traça a ligação, a ponte, entre o que nos vem do mundo de forma ainda não sistematizada, e o que vai se construindo depois, sobre esse alicerce.

É certo, ainda – será mera coincidência? – que a sigla PNA retoma, historicamente (afinal, não somos tão fracos de memória como nos imputam), a mesma sigla, não da política, mas do Programa Nacional de Alfabetização, a ser implementado no ano de 1964 dentro da proposta freireana dos Círculos de Cultura, abortado, no entanto, em abril do mesmo ano, e bem sabemos por quê.

Vamos pensando grande, na certeza de que não será com picuinhas ou com disputas acadêmicas e/ou políticas que resolveremos esse enorme problema – ou essa enorme problemática que acomete nossos pequenos.

Pensando grande, lembremos – sem provocações, sem repúdio, mas munindo-nos de boa vontade – que podem circular entre todos nós crenças, opiniões de viés mais espontâneo e sem as devidas fundamentações científicas,

algo, de resto, inevitável no que tange à educação, que se faz, mesmo, dessa mistura, para não dizer desse diálogo, entre os conhecimentos mais espontâneos e aqueles da esfera acadêmica. Mas é fato que nem mesmo os dedicados educadores de fins do século XIX – a quem muitas vezes nos dirigimos, de forma pejorativa, como educadores tradicionais – nem mesmo eles se serviram só de crenças e opiniões.

Resumindo: todos nossos esforços em torno da educação em nosso país – e me refiro aqui, particularmente, aos últimos quarenta anos – têm sempre se fundado em evidências científicas. Basta uma rápida busca nas bases de dados para se encontrarem, rapidamente, dezenas de trabalhos, desde dissertações e teses acadêmicas, até compêndios publicados por vários pesquisadores brasileiros, nos quais se encontram propostas pedagógicas voltadas à alfabetização e letramento cientificamente embasadas em evidências, ou seja, calcadas em coleta ou geração de dados nas salas de aula de Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para citar apenas um exemplo, lembro do trabalho exemplar de Eglê Pontes Franchi, defendido como dissertação de mestrado em 1982, e posteriormente publicado como “*E as crianças eram difíceis: a redação na escola*”. Proposta de trabalho de alfabetização e letramento, voltado em parte a encenações teatrais, com crianças da faixa etária dos nove anos. A professora alfabetizadora Eglê Franchi desenvolveu pesquisa participativa em classe de terceira série com crianças de periferia urbana que demonstravam agressividade, falta de aderência à cultura escolar e dificuldade na leitura e na escrita.

Lembro desses fatos apenas para enfatizar que os programas governamentais anteriores voltados à alfabetização também se basearam em evidências e também foram cientificamente fundamentados, mesmo porque diversos trabalhos resultantes de pesquisas científicas, como o que acabo de citar, passaram a fazer parte de suas referências. O que parece haver, no entanto, embora se prime em combater posturas denominadas ideológicas, é exatamente um combate ideológico, que deprecia como pertencente ao que não seria cientificamente embasado tudo aquilo que se alinhe a outra vertente de conhecimento, que não a defendida pelo atual PNA: de 2019, e não da virada do ano de 1964.

Por isso mesmo, não acredito que vamos avançar muito na base de contendas, vindas de que lado vierem, mesmo porque quem está efetivamente com as crianças, em sala de aula, são seres pensantes, que não se alimentam predominantemente de crenças e de ideologias – embora não possam se furtar completamente delas, como qualquer um de nós. São seres pensantes que têm amplo conhecimento a respeito de diversas vertentes científicas, além de seu inestimável conhecimento prático.

Diga-se de passagem, que já um dos cadernos do PNAIC fez referência à

consciência fonológica. Lidamos com ele no ano de 2013, quando iniciávamos o programa do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – e me lembro da resistência dos professores, por conta tanto de sua formação prévia, quanto de sua experiência prática. Lembro-me que eu mesma tentei mostrar a eles que não seria, afinal, uma proposta desprezível, e concluímos, em conversa, que toda radicalização só seria prejudicial às crianças.

Não considero, por isso, a proposta recente totalmente infundada, mesmo porque, ao menos em parte, ela dá continuidade ao que desenvolvemos nos seis anos do PNAIC. Lembro-me que, à época, em conversa com os professores, defendi que deveríamos dar igual importância a aspectos macroestruturais, mais amplos, e a aspectos microestruturais. E talvez seja isso – assim apostado – o que de fato os professores farão em sala de aula com a chegada da nova proposta.

Não só o PNAIC, mas propostas anteriores já os formaram de forma suficientemente consistente (e não ideológica) para que saibam (e não só acreditem cegamente) da importância do trabalho com o método global, aquele que se volta ao texto como um todo e busca incentivar a competência leitora e a capacidade crítica. Decerto juntarão a isso – agora com mais ênfase e talvez de forma mais sistemática – os exercícios voltados à consciência fonológica.

O que não adiantará mesmo será tratar os professores como seres passivos e sujeitos aos diferentes vendavais teóricos, que ora os lançariam para um lado, ora para outro. Eles não são massa de manobra. Vão reagir criticamente e saberão, sim, se servir de metodologias – que em parte já conhecem, talvez com denominação diferente. Tão habituados que estão com o letramento, trabalhando-o em sala de aula, passarão a falar em “literacia”?

O tempo dirá. Não nos esqueçamos, ainda, de que Magda Soares, em *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*, de 2003, já anunciava a necessidade de uma junção entre alfabetização e letramento, e nos alertava “O que é preciso reconhecer é que o antagonismo, que gera radicalismos, é mais político que propriamente conceitual, pois é óbvio que tanto a *wholelanguage*, nos Estados Unidos, quanto o chamado *construtivismo*, no Brasil, consideram a aprendizagem das relações grafofônicas como parte integrante da aprendizagem da língua escrita [...]”.

De fato, em 2008, pude escutar em congresso na FFLCH/USP, da boca do professor Brian Street – um dos principais nomes na área dos Estudos do Letramento – que, na Inglaterra, as intensas contendas em torno do “*phonics*” resultam de interesses comerciais e editoriais. Isso na austera Inglaterra do chá das cinco e das homenagens à rainha ao som preciso dos relógios na torre e dos cascos da cavalaria. Aqui, por ocasião da publicação recente do Caderno da PNA, o presidente do Instituto Alfa e Beto fez cara de paisagem, como se mal soubesse o que estava acontecendo – será?

Ou seja: Não temos nada de tão novo em nosso horizonte. É fato, porém, que quanto mais houver disputas estéreis e radicalizadas em defesa desta ou daquela metodologia – ou pior, calcadas em políticas no mau sentido do termo, i.e., naquele de politicagem, politicalha -, mais retardamos o efetivo acesso das crianças ao mundo da escrita.

Esperemos, assim, que apesar do aspecto restritivo da Política de Alfabetização do MEC, publicada neste ano, a memória e o conhecimento prático, assim como o compromisso de nossos professores, não os levará – como de resto não os tem levado – a substituir tudo o que vêm pesquisando e construindo nos últimos mais de quarenta anos por uma proposta, ao menos aparentemente, apenas centrada em aspectos algorítmicos, estratégicos ou instrumentais que cercam tudo o que diz respeito à aprendizagem e à apropriação da leitura e da escrita.

De resto, os recentes movimentos nas ruas têm nos apontado, a nós professores que estivemos nessa frente de batalha por cerca de meio século, que algo de forte e de crítico se construiu entre os profissionais da Educação em seus diferentes níveis e etapas que não se apagará com decretos ou portarias governamentais.